


Contextos educativos e movimento social surdo: escrevivências de uma mulher-negra-surda na Amazônia Tocantina


Educational contexts and the deaf social movement: “*escrevivências*” of a Black-deaf-woman in the Tocantins Amazon Region

Contextos educativos y movimiento social sordo: escrevivencias de una mujer-negra-sorda en la Amazonía Tocantina

Renata Ferreira Siqueira*

 <https://orcid.org/0009-0003-3229-893X>

Waldma Máira Menezes de Oliveira**

 <https://orcid.org/0000-0002-8747-5185>

Resumo: Neste artigo, analisam-se as escrevivências de uma mulher-negra-surda no contexto educativo e no movimento social surdo, evidenciando como essas experiências constituem processos de construção identitária, resistência e protagonismo. A metodologia fundamenta-se no método das narrativas de vida, com abordagem qualitativa de orientação etnossociológica. A pesquisa acompanhou a trajetória de Marina, 21 anos, mulher-negra-surda residente no município de Igarapé-Miri, Pará (PA), cujos relatos foram obtidos por meio de entrevista narrativa em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os resultados indicam que o ingresso no Ensino Superior e a militância política produzem transformações subjetivas e sociais, viabilizando a superação de opressões interseccionais decorrentes do sexismo, do racismo e do capacitismo. A análise evidencia que a universidade e o movimento social surdo funcionam como espaços de fortalecimento da autoestima e de reconhecimento identitário.

Palavras-chave: Escrevivências. Mulher-negra-surda. Movimento Surdo.

Abstract: This article analyzes the *escrevivências* [writing-lived experiences] of a Black-deaf-woman within educational contexts and the deaf social movement, highlighting how these experiences constitute a process of identity construction, resistance, and agency. The methodology is grounded in the life narrative method, with a qualitative approach informed by an ethnosociological perspective. The research followed the trajectory of Marina, a 21-year-old Black-deaf-woman living in the municipality of Igarapé-Miri, in the state of Pará, Brazil, whose accounts were collected through a narrative interview conducted in Brazilian Sign Language (LIBRAS). The findings indicate that access to Higher Education and political activism produce

* Mestre em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) da UFPA – *campus* Cametá. *E-mail:* <renatasiqueira124@gmail.com>.

** Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Faculdade de Educação do Campo e Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) – *campus* Cametá. *E-mail:* <waldma@ufpa.br>.

subjective and social transformations, enabling the overcoming of intersectional oppressions resulting from sexism, racism, and ableism. The analysis shows that the university and the Deaf social movement function as spaces for strengthening self-esteem and fostering identity recognition.

Keywords: *Escrituras-vivências*. Black-deaf-woman. Deaf Movement.

Resumen: En este artículo, se analizan las *escrituras-vivências* [escrituras-vivencias] de una mujer-negra-sorda en el contexto educativo y en el movimiento social sordo, evidenciando cómo estas experiencias constituyen procesos de construcción identitaria, resistencia y protagonismo. La metodología se fundamenta en el método de las narrativas de vida, con un enfoque cualitativo de orientación etnosociológica. La investigación acompañó la trayectoria de Marina, de 21 años, mujer-negra-sorda residente en el municipio de Igarapé-Miri, estado de Pará, Brasil, cuyos relatos se obtuvieron por medio de una entrevista narrativa en Lengua Brasileira de Señas (LIBRAS). Los resultados indican que el ingreso a la Educación Superior y la militancia política producen transformaciones subjetivas y sociales, posibilitando la superación de opresiones interseccionales derivadas del sexismo, el racismo y el capacitismo. El análisis evidencia que la universidad y el movimiento social sordo funcionan como espacios de fortalecimiento de la autoestima y de reconocimiento identitario.

Palabras clave: *Escrituras-vivências*. Mujer-negra-sorda. Movimiento sordo.

Introdução

Esta investigação propõe reflexões a partir das escrituras-vivências de uma mulher-negra-surda no contexto da educação e do movimento social surdo. No contexto desta pesquisa, a escrituras-vivência é compreendida como uma escrita que advém da experiência vivida e permite que sujeitos historicamente silenciados se tornem protagonistas de suas próprias narrativas. Trata-se, portanto, de uma escrita que articula existência, memória e resistência, ao extrapolar o plano individual e alcançar vivências coletivas (Evaristo, 2020). Nessa direção, a escrituras-vivência de uma mulher-negra-surda não se restringe à sua biografia, uma vez que expressa a trajetória de muitas outras mulheres que partilham condições semelhantes de opressão e luta.

Diante de tais fatores, surgiu a necessidade de conhecer a trajetória de vida de Marina (nome fictício utilizado para preservar a identidade da colaboradora ao longo da pesquisa), jovem negra militante do Movimento Surdo do município de Igarapé-Miri, Pará (PA). A partir da aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, sobretudo, de seu ingresso no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue¹ da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Marina assumiu uma nova postura diante dos debates relacionados às questões raciais, de gênero e da diferença.

Ao reconhecer e afirmar sua identidade de mulher-negra-surda, forma pela qual se autodefine, Marina reconheceu, em seu cabelo crespo/cacheado, em sua raça e em sua origem social, elementos constitutivos de pertencimento e afirmação identitária. Tal processo fortaleceu sua atuação política e ampliou sua visibilidade em seu território de origem, demarcado pela luta e pela resistência perante as múltiplas formas de discriminação, preconceito e racismo reproduzidas socialmente em virtude de sua “tripla diferença”².

Mediante o exposto, este artigo buscou apresentar as experiências dessa mulher, criada em uma família de ouvintes, narradas conforme suas próprias reflexões. Considera-se que a reflexão sobre si “[...] produz a construção de um movimento de alteridade que permite ao próprio sujeito

¹ O curso de Pedagogia Bilíngue, do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da UEPA, surgiu com a intenção de preencher uma lacuna histórica: a inclusão de alunos surdos em todos os níveis de ensino, na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

² Compreende-se “tripla diferença” como a existência em um único sujeito, de três traços identitários que o diferenciam dos demais, por fugir da norma estabelecida pela sociedade como ideal.

revelar sua cultura e identidade por meio de construções que representam suas próprias experiências simbólicas” (Moura, 2020, p. 182). Além disso, procurou-se refletir sobre os percursos que evidenciam sua percepção como sujeito étnico pertencente à cultura e à identidade negra. Assim, intenta-se compreender como essa mulher se reconhece no processo de militância, revelando os sentidos de ser e estar sendo mulher-negra-surda.

Nessa senda, considera-se relevante destacar alguns aspectos marcantes de sua trajetória de vida, tendo em vista que, no contexto social em que está inserida, Marina atua como instrutora de Libras, estudante e militante, demonstrando preocupação com as questões raciais e as relações de gênero que atravessam a vida da mulher negra miriense. Para tanto, investigou-se o processo formativo dessa mulher como militante, considerando elementos de sua trajetória familiar e escolar, sua atuação na comunidade, sua participação em grupos religiosos e seu envolvimento na comunidade surda. Também foram examinadas as narrativas e os sentidos atribuídos à experiência de ser mulher-negra-surda, bem como os modos pelos quais constitui sua identidade e se ressignifica a partir dos entrelaçamentos entre questões étnico-raciais, de gênero e da surdez.

Nesse cenário, busca-se responder à seguinte problemática: Como as escrevivências de uma mulher-negra-surda, no contexto da educação e do Movimento Surdo, contribuem para a construção de sua identidade, bem como para processos de resistência e protagonismo frente às múltiplas formas de opressão? A partir dessa questão, neste artigo, examinam-se as escrevivências de Marina, elucidando como suas experiências atravessam processos de identidade, resistência e protagonismo.

Metodologia

As narrativas de um indivíduo constituem linhas que atravessam sua vida presente em determinada realidade social e histórica. Tais linhas se organizam em torno de acontecimentos, situações e experiências interpessoais e coletivas vivenciadas na comunidade. Diante disso, não é possível afirmar tratar-se de linhas retas, visto que são, na verdade, percursos sinuosos e contínuos que ilustram, de forma particular, as experiências e os sentidos individuais construídos ao longo da vida.

Tomando como base Clandinin e Connelly (2011, p. 49), ao afirmarem que toda “[...] experiência acontece narrativamente. Pesquisa narrativa é uma forma de experiência narrativa”, este artigo adota uma abordagem qualitativa, configurando-se como pesquisa de campo orientada por vieses etnossociológicos presentes no método das narrativas de vida. Nesse percurso, busca-se interpretar narrativas fundamentadas nas escrevivências de uma mulher-negra-surda.

A narrativa de vida atravessa a construção identitária do sujeito, os fios que tecem sua ontologia e pormenorizam suas ações em determinadas situações. Desse modo, o método da “[...] narrativa de vida pode constituir um instrumento importante de extração dos saberes práticos, com a condição de orientar para a descrição das experiências vividas pessoalmente e dos contextos nos quais elas se inscrevem” (Bertaux, 2010, p. 29).

O estudo estrutura-se, portanto, como pesquisa de campo de abordagem qualitativa, cujo método investigativo é o das narrativas de vida, com foco na escrevivência de uma mulher-negra-surda. A análise alicerça-se na “[...] interseccionalidade como forma de abarcar as vivências e interseções a que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra” (Akotirene, 2021, p. 14).

A colaboradora da pesquisa é uma jovem negra surda³, de 21 anos, usuária de Libras, que se tornou surda aos dois anos de idade e reside no município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, na região do Baixo Tocantins. Foi realizada uma entrevista narrativa com a participante, em Libras, organizada em três momentos, no ano de 2021, com o objetivo de compreender sua trajetória educacional, sua inserção no Movimento Surdo e os processos de construção identitária vivenciados como mulher-negra-surda. Dessa feita, para que as interações estabelecidas no decorrer dos três momentos da entrevista narrativa fossem exequíveis e em respeito à cultura surda e à experiência linguística da participante, a Libras foi utilizada em todos os momentos da entrevista.

Em vista disso, no transcurso do registro dos dados, solicitou-se autorização de Marina para a gravação das narrativas, “[...] uma vez que a entrevista ocorreu em Língua de Sinais e os sujeitos entrevistados são usuários de uma língua de modalidade visuo-gestual sem registros gráficos, e cujas expressões faciais e/ou corporais (expressões não manuais) possuem função sintática e semântica” (Oliveira, 2015, p. 48). Para isso, a pesquisa apoiou-se no auxílio de uma intérprete de Libras devidamente certificada, residente no próprio município, que ofereceu suporte no contato com a entrevistada e no processo de transcrição dos vídeos em Libras para a Língua Portuguesa. Posteriormente, o material foi transcrito, organizado e analisado para a constituição deste artigo.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, seguiram-se as diretrizes da instituição proponente no tocante à privacidade dos dados e à preservação da identidade da colaboradora, identificada neste estudo pelo nome fictício Marina. Os critérios éticos foram integralmente respeitados ao longo da investigação. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética na Plataforma Brasil, conforme Parecer Consubstanciado nº 4.106.647, emitido em 23 de junho de 2020. Solicitou-se à colaboradora a leitura, a confirmação e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na análise dos dados, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), por intermédio da qual foram construídas as seguintes categorias analíticas: Escrituras na educação: trajetórias e experiências de uma mulher-negra-surda no Ensino Superior; e O Movimento Surdo na construção de identidades, resistência e protagonismo da mulher-negra-surda.

Mulher-negra-surda: rupturas com a dimensão colonial

A capacidade da Pessoa com Deficiência (PcD)⁴ foi historicamente avaliada e hierarquizada em conformidade com a matriz colonial. As diferenças atribuídas ao outro deficiente, nesse contexto, foram associadas à ausência, à limitação e à incapacidade. Sua capacidade criadora e recriadora foi subestimada; seus conhecimentos, deslegitimados, ao passo que sua identidade esteve marcada pelo selo da inferioridade. Diante desse panorama, “[...] o capacitismo atribui à Pessoa com Deficiência um selo de inferioridade, por entender que a deficiência retira a capacidade social, linguística, cognitiva e interacional da pessoa” (Oliveira, 2023, p. 238).

³ Forma pela qual a colaboradora da pesquisa demarca sua identidade.

⁴ Conforme art. 2º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015): “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

No que tange às pessoas surdas⁵, nota-se, no decorrer da história, a predominância de um olhar centrado na deficiência, no corpo considerado incompleto e na ausência da linguagem oral, produzindo a colonialidade do corpo normativo e a colonialidade monolíngue. Em conformidade com Oliveira (2023, p. 199), “[...] a colonialidade é marcada pela imposição da oralização – como meio de comunicação – presente na colonialidade monolíngue e pelo campo clínico-terapêutico de normalidade – o corpo com dano, a ausência de um sentido –, colonialidade do corpo normativo”.

A matriz colonialista do ser surdo é descrita por Skliar (2005) como um processo de padronização, homogeneização e modelização identitária, posto que:

Às vezes, ao falar dos “surdos” podemos, involuntariamente, descrever somente os surdos homens, brancos de classe média, que frequentam as instituições escolares, que fazem parte dos movimentos de resistência, que lutam pelos seus direitos linguísticos e de cidadania etc. Por isso, a totalidade não é positiva nem negativa. Seria um equívoco conceber os surdos como um grupo homogêneo, uniforme, dentro do qual sempre se estabelecem sólidos processos de identificação. Também fazem parte dessa configuração que denominamos “surdos”, **os surdos das classes populares, os surdos que não sabem que são surdos, as mulheres surdas, os negros surdos, os surdos meninos de rua, entre outros**, e ainda, os receios, as assimetrias de poder entre surdos, os privilégios, a falta de compromisso com as reivindicações sociais etc. (Skliar, 2005, p. 14, grifo nosso).

Contudo, as opressões que atravessam determinados sujeitos sociais não se manifestam de maneira isolada nem podem ser reduzidas a um único marcador de diferença, na medida em que a lógica colonial opera de forma sistêmica e estrutural, articulando mecanismos de negação, opressão e coisificação que incidem simultaneamente sobre diferentes dimensões da existência humana. Nessa direção, Freire (2001, p. 46) adverte que é “[...] preciso que evitemos cair na tentação de reduzir a luta inteira a um desses aspectos fundamentais. O sexo só não explica tudo. A raça só, tampouco. A classe só, igualmente”. Assim, faz-se necessário compreender, por meio dos estudos decoloniais e interseccionais, “[...] a importância da posição da classe, do gênero, da raça para a luta da libertação, da humanização e da emancipação do Ser na mesma proporção em que esses elementos são usados como marcadores sociais de opressão e de discriminação” (Oliveira; Oliveira, 2025, p. 5).

Com base nessa compreensão, observa-se que mulheres com deficiência vivenciam processos de opressão marcados pela articulação entre gênero e capacitismo. Scott (1995, p. 86) define o gênero como “[...] um elemento construtivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. No interior dessas relações, o machismo atua como estrutura de dominação que reproduz desigualdades e subalternizações históricas. Para Drumont (1980, p. 81), “[...] o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”. Associadas ao capacitismo, tais opressões ampliam as barreiras enfrentadas por mulheres com deficiência no acesso e na permanência na Educação Básica, no Ensino Superior, na qualificação profissional e no mercado de trabalho.

Assim sendo, percebe-se que o gênero tem sido historicamente aplicado como mecanismo de dominação e hierarquização social, atribuindo ao feminino um lugar de inferiorização que reverbera em práticas machistas, misóginas e sexistas. A esse processo soma-se a invisibilização do lugar de fala da mulher subalternizada, posto que “[...] se, no contexto da produção colonial, o

⁵ Conforme o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2025 (Brasil, 2005), art. 2º, “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 15).

As opressões atravessam os corpos das mulheres de forma distinta, o que requer interpretar que a categoria “mulher” não é homogênea. Trata-se de uma condição marcada por particularidades e especificidades atravessadas por raça, classe, sexualidade, deficiência e identidade de gênero. Nesse panorama, existem mulheres negras, indígenas, transexuais e travestis, mulheres lésbicas e bissexuais, mulheres com deficiência e mulheres surdas, cujas experiências sociais são constituídas por diferentes formas de desigualdade e violência.

Nesse ínterim, Costa, Oliveira e Klein (2021) problematizam a condição da mulher surda e as recorrentes violações de direitos às quais ela está submetida, elucidando a ausência de intérpretes em espaços públicos, especificamente nas áreas da saúde e da educação, além das barreiras de acesso ao mundo do trabalho. Segundo Krause (2017 *apud* Costa; Oliveira; Klein, 2021, p. 6), mulheres surdas “[...] têm 1,5 vezes mais chances de serem vítimas de assédio sexual, agressão sexual, abuso psicológico e abuso físico do que as ouvintes”.

Somam-se a isso as representações sociais historicamente construídas acerca do lugar que a mulher surda deveria ocupar na sociedade. Sob a tutela do machismo e do capacitismo, mulheres surdas foram marginalizadas, discriminadas e submetidas a variadas formas de opressão, incluindo a restrição ao trabalho e o acesso precário à educação.

Para as mulheres surdas, existe ainda mais dificuldade se comparadas às mulheres ouvintes, porque somada à opressão machista do cuidado com a família e filhas e filhos, há a privação dos direitos linguísticos, que as impede de aprender e se comunicar em língua de sinais, na família, na escola e na sociedade em geral (Oliveira, 2024, p. 17-18).

Outro elemento constitutivo das estruturas de dominação colonial é a raça. Quijano (2005, p. 136) destaca que a “[...] ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico [...]”. Assim sendo, o conceito de raça encontra-se historicamente enraizado em ideologias coloniais responsáveis pela manutenção de estruturas de poder e hierarquização social. No interior dessas relações, o racismo configura-se como uma prática de opressão que incide sobre os corpos de homens e mulheres negras, produzindo desigualdades, exclusões e processos de desumanização. Em vista disso, concebe-se o racismo como

[...] por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta na vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (Gomes, 2005, p. 52).

O racismo atravessa homens e mulheres negros(as) em dimensões comuns concernentes à raça, mas assume contornos distintos quando articulado às questões de gênero. As experiências vivenciadas por mulheres negras não são idênticas às dos homens negros, uma vez que são atravessadas por formas específicas de opressão produzidas pela intersecção entre racismo e sexismo. Do mesmo modo, “[...] uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2017, p. 35).

Na óptica de Bueno (1998), não é factível negar que a surdez é um traço de identificação entre os surdos, embora existam outros elementos que acrescentam identificação social e padrões coloniais de opressão. Sob tal viés, uma mulher negra, surda, rica e latino-americana viverá

opressões colonizadoras diferentes das de uma mulher branca, surda, pobre e canadense. Assim, entende-se que a “[...] mulher negra surda que por trazer em seu corpo ‘três marcas identitárias’ – ser mulher, negra e surda (três grupos com minorias de direitos) – é triplamente marginalizada” (Siqueira, 2022, p. 138). Nesse caso, essas interseccionalidades “[...] não apenas intensificam as barreiras enfrentadas, mas também moldam sua identidade e resistência. A surdez pode resultar em barreiras de comunicação e exclusão social, enquanto o racismo estrutural agrava essa invisibilidade até dentro dos próprios movimentos negros” (Cruz; Rodrigues, 2025, p. 226).

Diante disso, faz-se necessário olhar a surdez pelas lentes interseccionais, ao problematizar conceitos, dialogar com teorias e outras áreas de saber. Ao percorrer veredas epistêmicas que o tempo e a academia não deram conta de contemplar, tais lacunas são percebidas como oportunidades outras de elaboração e construção de conhecimento, pois “[...] talvez sejam necessários outros olhares, outras palavras, um novo território de espacialidades e temporalidades” (Skliar, 2003, p. 155) sobre a surdez. Nessa senda, depreende-se que:

A interseccionalidade visa dar instrumento teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2021, p. 19).

Conceber a surdez na interseccionalidade significa oportunizar formas outras de interpretar o surdo em sua relação no e com o mundo, com os outros, com sua práxis e com sua identidade. Trata-se de reconhecer seu fazer social como expressão de uma existência singular e, ao mesmo tempo, plural.

Nessa direção, Oliveira (2023) destaca que a interseccionalidade possibilita compreender o outro a partir da diferença como alteridade, reconhecendo a unicidade dialética presente na pluralidade do sujeito e na inteireza do ser. Tal perspectiva busca conceber a surdez em sua complexidade biossocial, decolonial, filosófica e antropológica. Desse modo, a surdez é concebida em articulação com diferentes marcadores sociais, como deficiência, diferença linguística, gênero, raça, classe, religião e etnia, considerando as intersecções que atravessam a constituição da inteireza do ser.

Escrevivências na educação: trajetórias e experiências de uma mulher-negra-surda no Ensino Superior

Os contextos educativos são inestimáveis na formação escolar e humana dos sujeitos. Ao longo do processo formativo, os indivíduos compartilham saberes, constroem novos conhecimentos e compreendem as dimensões opressivas que atravessaram suas trajetórias de vida. Esse percurso também favorece uma formação política, ao viabilizar a compreensão crítica das estruturas de opressão e a denúncia das violências que incidem sobre determinados sujeitos sociais, ao mesmo tempo que fortalece processos de afirmação identitária. Nesse viés, a educação aproxima-se dos princípios freireanos ao compreender o movimento dialético de denúncia da desumanização e de anúncio da humanização do ser (Freire, 2001).

A trajetória educacional de mulheres-negras-surdas é marcada por múltiplos desafios que refletem desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira. Tais experiências são atravessadas por diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e surdez, que, reiteradamente, limitam o acesso, a permanência e a participação plena nos espaços educacionais.

Desde os primeiros contatos com a escolarização, muitas pessoas surdas enfrentam barreiras relacionadas à comunicação e à ausência de políticas educacionais efetivamente bilíngues. A falta de profissionais qualificados, como tradutores e intérpretes de Libras, e a predominância de práticas pedagógicas centradas na oralidade contribuem para dificultar o processo de aprendizagem e o acesso ao conhecimento. Para estudantes surdos(as), em particular aqueles(as) pertencentes a contextos sociais historicamente marginalizados, essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes.

Oliveira (2015) retrata os desafios enfrentados pelos sujeitos surdos ao longo de suas trajetórias de vida nos espaços da educação, da família, do trabalho e das relações sociais. A autora chama atenção para as barreiras enfrentadas por esses sujeitos no acesso e na permanência no Ensino Superior, dentre as quais se evidenciam a ausência de um currículo que respeite e valorize as particularidades linguísticas, cognitivas, culturais, psicológicas e sociais da pessoa surda, além da insuficiência de profissionais capacitados, como professores bilíngues, intérpretes e instrutores de Libras. Somam-se a isso os desafios relacionados à circulação da Libras e da Língua Portuguesa no espaço educacional, nos processos de ensino, aprendizagem e partilha de saberes e afetos.

Nesse contexto, Miranda (2007, p. 120) reitera que “[...] a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior vem ocorrendo gradativamente. Isso decorre, dentre outros fatores, pela pequena parcela da população ter acesso à Educação Básica [...]”, gerando um quantitativo mínimo no Ensino Superior. O autor também problematiza as condições de acesso e permanência ofertadas na Educação Básica ao alunado com deficiência, considerando que ainda são poucos os estudantes surdos que conseguem alcançar o Ensino Superior. Em se tratando de mulheres surdas, são poucas as que

[...] conseguem ultrapassar o bloqueio de exclusão, preconceito e indiferença, pelos fatores como condição financeira, formação acadêmica, participação ativa nas associações de surdos, parceria com profissionais ouvintes e bilíngues, por outro lado, há algumas pessoas que resolvem representá-las, não falando por elas, mas deixando que falem por si (Guerretta, 2023, p. 30-31).

No caso de uma mulher-negra-surda, tais experiências assumem contornos sobremodo complexos, na medida em que se articulam às desigualdades raciais e de gênero presentes na sociedade. Em conformidade com Siqueira (2022, p. 84), “[...] ser mulher, negra e surda no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo sexismo, pelo racismo e pelo capacitismo, somando-se ao preconceito de classe social, a coloca no nível mais baixo de opressão”. Ao longo de sua trajetória educacional, Marina vivenciou situações de preconceito, invisibilização e exclusão quanto à sua condição linguística e à sua identidade racial.

A despeito das barreiras enfrentadas, ao longo da entrevista, Marina relatou que o ingresso na universidade figurou como uma conquista educacional e um processo de construção identitária, fortalecimento político e ampliação de horizontes formativos. Ao narrar o significado do ingresso na universidade, Marina expressou que esse momento simboliza a realização de um sonho e a possibilidade de construção de novos caminhos para sua formação profissional. Em seu relato, a entrevistada afirmou:

Bom, representa para mim a construção, a realização de um sonho, que foi o ingresso na universidade para adquirir conhecimento sobre temas que eu não sabia antes. Participar do Movimento Surdo me ajudou muito também a realizar meu sonho que é me formar. É um direito meu ser uma profissional. Então é um sonho, e eu sempre aconselho a comunidade surda, os meus amigos surdos, que eles são capazes, que conseguem, para que não deixem que outras pessoas venham tirar essa força deles (Marina, entrevista realizada em 30 ago. 2021).

A fala da entrevistada evidencia que o acesso à universidade está intrinsecamente relacionado ao reconhecimento de direitos e à construção de uma consciência coletiva no interior

da comunidade surda. Ao incentivar outros sujeitos surdos a buscar a formação superior, Marina assume, ainda, um papel de liderança e mobilização em seu contexto social.

Logo, o ingresso no Ensino Superior possibilitou à entrevistada ampliar seus horizontes formativos, dialogar com novos saberes e construir vieses profissionais anteriormente distantes. Conforme Lobato (2019), a continuidade dos estudos configura-se como um movimento de ampliação de conhecimentos e de construção de novos projetos de vida, favorecendo que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de suas próprias trajetórias formativas.

A autonomia para prosseguir com os estudos e a postura crítica de Marina expressam sua insatisfação com as condições de submissão às quais fora submetida ao longo de sua vida. Ao dar continuidade aos estudos, Marina confirma “[...] seu papel de sujeito ativo da sociedade, que se constrói em relações e que transgreda sentenças articuladas de subordinação, assim busca novos sentidos para seu saber/fazer educativo” (Lobato, 2019, p. 123).

Essa projeção mostra que a universidade é compreendida como um espaço de possibilidades, no qual se constroem novos projetos de vida e de atuação profissional. Entretanto, apesar das conquistas relacionadas ao acesso, a trajetória da entrevistada também desvela os desafios enfrentados por estudantes surdos no Ensino Superior. Entre as dificuldades mencionadas, destacam-se as lacunas no processo de escolarização básica, decorrentes da ausência de intérpretes de Libras e da predominância de práticas pedagógicas oralistas, além das barreiras comunicacionais presentes no ambiente acadêmico. Acerca desse processo, Marina relatou:

Porque você sabe como é. Curso a distância acontece só um dia na semana, tem também a questão da variação linguística pelo curso ser de outra região, e muitas vezes não entendo alguns conceitos, teorias das disciplinas. Então tento ler e revisar os conteúdos ao longo da semana e nos finais de semana, quando preciso tirar dúvidas para realizar meus trabalhos, peço ajuda para os tutores da sala, para os meus amigos do curso ou até mesmo para minhas amigas intérpretes (Marina, entrevista realizada em 17 jul. 2021).

A narrativa elucida as estratégias mobilizadas pela estudante para superar as dificuldades encontradas ao longo de sua formação. O apoio de tutores, colegas e intérpretes constitui uma rede de colaboração imprescindível para garantir a permanência e o acompanhamento das atividades acadêmicas. Outro aspecto destacado pela entrevistada refere-se às barreiras estruturais no tocante ao acesso à internet, à falta de equipamentos tecnológicos e à modalidade de Educação a Distância (EaD) do curso. Ao refletir sobre essas dificuldades, Marina afirmou:

Quando eu ingressei no curso de Pedagogia Bilíngue, eu tive algumas dificuldades sim, principalmente por ser sinalizante e moradora do interior do Pará. Quando mudei para Belém senti esse choque de realidade por conta da variação linguística e também pela dificuldade com internet e equipamentos (Marina, entrevista realizada em 17 jul. 2021).

Tais vivências indicam que, embora as políticas públicas tenham ampliado o acesso de estudantes surdos ao Ensino Superior, ainda existem desafios relacionados à garantia de condições efetivas de permanência. Em virtude disso, a presença de tradutores e intérpretes de Libras no ambiente educacional torna-se imprescindível para assegurar o acesso à informação e aos conteúdos acadêmicos, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos (Gurgel, 2010; Oliveira, 2015).

Além das transformações no âmbito educacional, a inserção na universidade provocou mudanças consideráveis na forma como Marina assimilou sua identidade racial e social. Ao participar de debates, eventos e atividades acadêmicas, a entrevistada refletiu sobre questões concernentes ao racismo, ao gênero e às desigualdades sociais, destacando que:

Na universidade eu passei a ter uma nova visão. Antes eu fazia julgamentos com relação ao gênero, à raça e até à própria surdez. Mas quando eu cheguei na faculdade eu me identifiquei enquanto negra surda com outros sujeitos e passei a ter uma nova visão sobre essas temáticas (Marina, entrevista realizada em 17 jul. 2021).

No excerto, nota-se que a experiência universitária contribuiu para o fortalecimento de sua identidade de mulher-negra-surda, favorecendo o reconhecimento das múltiplas opressões que atravessam sua trajetória. Tal processo de conscientização também se manifesta na aceitação de sua estética e de seus traços culturais, conforme relato da entrevistada:

Quando eu estudava no Ensino Médio, vi uma professora negra surda com cabelo *black* e me identifiquei com ela, mas ainda não tive coragem de me aceitar. Esse processo veio quando eu entrei na faculdade, onde vi várias pessoas que se aceitam enquanto negras. Foi muito bom para mim me aceitar (Marina, entrevista realizada em 17 jul. 2021).

Mediante o exposto, a universidade se configura como um espaço de produção de conhecimentos, construção identitária e fortalecimento político. A trajetória narrada por Marina salienta a possibilidade de a educação atuar como instrumento de transformação social, permitindo que sujeitos historicamente marginalizados narrem suas próprias experiências, produzam saberes e reivindiquem seus direitos.

A trajetória de Marina ratifica que o ingresso no Ensino Superior é um processo de transformação subjetiva, social e política, cujo acesso à educação propicia a construção de novos sentidos para a experiência de ser mulher, negra e surda na sociedade. A universidade, nesse contexto, surge como espaço de produção de conhecimentos, de reconhecimento identitário, de fortalecimento coletivo e de ampliação das possibilidades de participação social.

As narrativas da entrevistada revelam, ainda, que o acesso ao Ensino Superior não elimina, por si só, as desigualdades historicamente construídas. Isso porque as dificuldades relacionadas às barreiras comunicacionais, às lacunas na formação básica, à ausência de recursos tecnológicos e às limitações institucionais realçam que a permanência de estudantes surdos(as) nas universidades se configura como um desafio que demanda políticas educacionais mais consistentes e práticas pedagógicas comprometidas com a acessibilidade linguística e cultural.

Em consequência disso, a experiência de Marina permite assimilar que as trajetórias educacionais de estudantes negros(as) surdos(as) são atravessadas por múltiplas dimensões de desigualdade, nas quais raça, gênero, território e surdez se entrecruzam, produzindo experiências específicas de exclusão e resistência. Assim sendo, a universidade pode assumir uma função inestimável na construção de práticas educativas que reconheçam essas interseccionalidades e promovam espaços mais inclusivos e democráticos.

O Movimento Surdo na construção de identidades, resistência e protagonismo da mulher-negra-surda

Os movimentos sociais são basilares na luta por direitos, reconhecimento e visibilidade de grupos marginalizados. No contexto da comunidade surda, o Movimento Surdo constitui-se como um espaço coletivo de resistência política e cultural, por meio do qual são reivindicados direitos linguísticos, educacionais e sociais, principalmente o reconhecimento e a valorização da Libras e da cultura surda.

É nesse movimento de organização coletiva que os sujeitos, segundo Freire (2017), transitam de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, criadora e potencialmente libertadora. Tal processo implica a interpretação das contradições que estruturam a realidade social

e a construção de práticas capazes de intervir sobre ela. Nessa óptica, Freire (2017) reitera que a transformação social se efetiva pela tomada de consciência das opressões vivenciadas e pela articulação entre leitura crítica da realidade e ação transformadora. Para o autor: “Isto implica [o] reconhecimento crítico, [a] ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais” (Freire, 2017, p. 22).

Nesse processo, a mulher-negra-surda rompe com os lugares de subalternização e inferiorização historicamente impostos a ela, reconstruindo-se e ressignificando-se sem abrir mão de sua humanidade. Trata-se de um movimento de enfrentamento às estruturas patriarcais e racistas que sustentam relações de opressão e exploração, deslocando-a do lugar de silenciamento para a afirmação de seu lugar de fala e de sua identidade.

Essa perspectiva torna-se evidente na trajetória de Marina, que, ao participar do Movimento Surdo, desenvolveu uma leitura mais crítica da realidade social e das desigualdades que atravessam sua experiência de mulher-negra-surda. Ao refletir acerca de sua participação no movimento, Marina pondera que esse espaço contribuiu para sua formação política e identitária, posto que:

Com a participação no Movimento Surdo, eu passei a me ver como uma pessoa produtiva, que pode contribuir para o fortalecimento da comunidade surda. Passei a encorajar meus amigos surdos e outras mulheres que antes não tinham lugar de fala. Também comecei a identificar situações de racismo e machismo e a dar visibilidade às nossas lutas e reivindicar nossos direitos. Então posso dizer que estou fazendo a diferença no meu município (Marina, entrevista realizada em 12 nov. 2021).

A partir desse relato, observa-se que o Movimento Surdo atua como espaço de formação política e de fortalecimento identitário. Esse movimento é formado a partir da diferença linguística, que centraliza as discussões em torno do direito linguístico, da acessibilidade e da educação bilíngue para surdos. Entretanto, de acordo com Oliveira e Oliveira (2025, p. 8), essa “[...] identificação não pode apagar e invisibilizar as diferenças de homens e mulheres surdas e de suas identidades, que não são homogêneas, estáveis nem fixas; ao contrário, são construídas diariamente a partir de suas subjetividades, de suas relações e de seus territórios”.

Por meio da militância, Marina reconheceu as formas de opressão presentes na sociedade, em particular aquelas associadas ao racismo e ao machismo, aspectos que, em consonância com Silva (2007), constituem importantes mecanismos de desigualdade social no contexto brasileiro. Além disso, a participação nos movimentos sociais viabilizou a Marina reconhecer-se como mulher-negra-surda e compreender sua identidade sob uma perspectiva de valorização da diferença. Esse processo de reconhecimento ocorreu mediante sua inserção na universidade e o contato com outras mulheres negras militantes, que valorizavam sua identidade racial e cultural.

Descobrir-me mulher-negra-surda me possibilitou ter mais posições de enfrentamento diante de situações de discriminação e preconceito. Passei a entender como isso afetava não só a minha vida, mas a de outras mulheres negras. Foi na universidade e participando do Movimento Surdo que comecei a construir uma nova consciência do que é ser mulher negra surda-militante (Marina, entrevista realizada em 12 nov. 2021).

O excerto evidencia que o Movimento Surdo constitui um espaço de autorreflexão e de construção coletiva de saberes. Nesse ambiente, os sujeitos compartilham experiências e desenvolvem novas formas de interpretar suas trajetórias e identidades. Assim, a militância coopera para a construção de novas perspectivas de vida, ampliando as possibilidades de participação social e política da comunidade surda.

Para Oliveira (2018, p. 66), “[...] não há possibilidade de construção de conhecimento nem de prática educativa se não tivermos uma postura militante e engajada”, visto que “[...] o

conhecimento se produz na militância e no engajamento”. Nesse panorama, os surdos ocuparam os espaços sociais por intermédio da resistência e da militância presentes nos movimentos surdos, o que impulsionou as políticas linguísticas afirmativas para essa comunidade, além do empoderamento da surdez, da identidade e da singularidade do sujeito surdo.

Outro aspecto importante identificado na narrativa de Marina refere-se ao fortalecimento da autoestima e da identidade coletiva. Ao participar das atividades do movimento, a entrevistada partilhou conhecimentos e experiências com outros surdos de sua comunidade, incentivando-os a reconhecer e valorizar suas identidades.

Os encontros promovidos no contexto do movimento evidenciam uma dinâmica coletiva de produção de saberes, na qual os surdos compartilham experiências, aprendem uns com os outros e fortalecem suas identidades culturais e linguísticas. Conforme Lobato (2019), os saberes produzidos no interior da comunidade surda manifestam-se nas experiências cotidianas e nas interações entre os sujeitos, constituindo um processo contínuo de aprendizagem e ressignificação.

O Movimento Negro e o Movimento Surdo favoreceram esse aprendizado coletivo e, conseqüentemente, a reafirmação identitária de Marina e de outros surdos, pois eles têm a revitalização da identidade e a autoestima das mulheres negras e surdas como uma de suas principais estratégias formadoras. Esses aspectos perpassam a história dos povos negro e surdo e são resgatados no contexto da militância, ganhando novo significado para suas vidas. É a partir desse resgate propiciado pela militância que essas mulheres dão visibilidade às culturas negra e surda, que, na maioria das vezes, são deixadas de lado no processo de “hegemonia da cultura europeia”.

Nessa senda, o Movimento Surdo e outros espaços de militância permitem o fortalecimento da identidade surda e o resgate da autoestima e da dignidade das mulheres negras e surdas. Em consonância com Silva (2007, p. 204), “[...] os coletivos de mulheres negras trazem para suas integrantes e para a sociedade o resgate da dignidade da população negra a partir das relações estabelecidas com o lugar, o corpo, a cultura, a raça e o gênero”.

Semelhantemente, os coletivos de mulheres surdas também se constituem como espaços de mobilização política e fortalecimento identitário, trazendo para o debate questões concernentes ao resgate da cultura surda, à valorização da Libras como meio legítimo de expressão e comunicação e à garantia de direitos vinculados à acessibilidade, à educação, à saúde e ao trabalho. Desse modo, espera-se que as mulheres negras e surdas, inseridas nesses espaços de militância, “[...] se sintam mais confiantes em si mesmas e na própria história e sejam motivadas e determinadas a progredir na vida e na militância” (Silva, 2007, p. 204).

É nesse contexto de participação política e construção coletiva que Marina se reconhece de maneira positiva e afirma com orgulho sua identidade. Ela destacou em sua narrativa:

A militância significou muita coisa na minha vida. Ajudou a me empoderar enquanto mulher negra surda e a não aceitar mais ser discriminada. Passei a conhecer meus direitos e a me ver de forma positiva. Hoje eu sei que, me valorizando, posso ajudar outras mulheres a também se valorizarem (Marina, entrevista realizada em 12 nov. 2021).

O trecho do depoimento de Marina mostra de que forma o Movimento Surdo a ajudou a se apropriar do mundo à sua volta e a atribuir novos significados às suas relações sociais no interior da comunidade surda e para além dela. Esse processo de compreensão de sua própria existência viabilizou a construção reflexiva de uma imagem positiva de si, constituída nas interações estabelecidas com outras mulheres negras e surdas inseridas no Movimento Surdo. Tal dimensão

torna-se perceptível no trecho a seguir, no qual Marina sinaliza que a militância no Movimento Surdo lhe permitiu aprender mais sobre si mesma:

Aprendi muito! Aprendi a gostar de mim, sabe? Aprendi a me valorizar, a assumir meus traços negros e a expressar meus sentimentos... a ter autoestima. Então, eu posso dizer que eu aprendi muito e procuro repassar tudo isso que eu aprendi para minhas amigas surdas. Uma das grandes conquistas nesse percurso de militância foi me assumir mulher negra surda, ter orgulho dos meus traços, do meu cabelo, porque hoje eu acho ele lindo. Passei a exaltar mais minha identidade e isso me deixa muito feliz (Marina, entrevista realizada em 12 nov. 2021).

Diante disso, observa-se que o fortalecimento da autoestima foi inestimável para que Marina desenvolvesse mais autoconfiança e conseguisse afirmar sua identidade como mulher-negra-surda. Esse processo favoreceu seu engajamento mais ativo no enfrentamento dos desafios cotidianos presentes no Movimento Surdo, apoiando a construção coletiva das pautas e dos objetivos defendidos pelo grupo. Nessa perspectiva, a promoção da autoestima nos espaços dos movimentos sociais configura-se como “[...] um dos principais eixos condutores do processo de formação de cada mulher militante” (Silva, 2007, p. 205).

O reconhecimento construído no interior do Movimento Surdo mostrou-se relevante para o fortalecimento de ações e discussões relacionadas às questões que afetam, direta e indiretamente, a comunidade surda do município de Igarapé-Miri/PA. Nesse cenário, Marina demonstrou sentir-se fortalecida e segura com sua participação no movimento, como evidencia o depoimento a seguir, no qual sinaliza o significado desse coletivo em sua trajetória de vida:

Significou uma nova consciência sobre o ser mulher negra surda, porque passei a me reafirmar, a assumir meus traços negros e a língua de sinais. A atuação no movimento surdo me trouxe autoestima. Foi no movimento surdo, tendo contato com outras mulheres, que eu realmente passei a me reconhecer enquanto mulher negra surda, a assumir meus traços negros, meu cabelo cacheado, minha identidade. Foi onde eu me encontrei, porque lá nós temos o mesmo pensamento, nós temos empatia, respeito uns pelos outros, nós temos desejos e direitos iguais, nós podemos conversar a mesma língua, que é a nossa L1, a língua de sinais. Então, nós temos interações, nós conversamos sobre questões que afetam a comunidade surda do nosso município. Por isso, o Movimento Surdo trouxe muitos significados para mim, porque não estamos ali sós, você tem com quem conversar para se articular e ir em busca dos seus direitos. Além disso, passei a afirmar minha identidade como mulher negra surda e a me posicionar diante de tudo aquilo que tenta nos rebaixar na sociedade (Marina, entrevista realizada em 12 nov. 2021).

Nota-se que o Movimento Surdo propiciou a Marina o resgate de sua autoestima e a desconstrução das imagens e representações negativas, favorecendo, por sua vez, a construção de uma mulher mais segura, com autoestima, capaz e ativa. É a partir dessa autoconsciência que ela busca meios para superar a situação de opressão.

Freire (2017) enfatiza que é mediante a consciência crítica acerca das formas de opressão vivenciadas que os sujeitos podem superar relações de dominação e avançar em processos de humanização construídos coletivamente. Nessa óptica, a transformação da realidade vincula-se à ação consciente dos sujeitos históricos, de modo a “[...] inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para humanizar-se, humanizar os homens [...]” (Freire, 2017, p. 115). Assim, a consciência crítica constitui-se como elemento indissociável dos processos de libertação das estruturas de opressão às quais a mulher-negra-surda se encontra subordinada.

Nesse contexto, o Movimento Surdo configura-se como espaço fecundo de partilha de saberes, formação política e construção da consciência crítica. Em suas ações e práticas coletivas, produzem-se diálogos, aprendizagens e conhecimentos vinculados às experiências da militância, criando “[...] outros espaços pedagógicos, outros saberes e processos de produção de conhecimentos, de humanização fora das instituições que se autoapropriaram da exclusividade do conhecimento e das concepções de práticas pedagógicas legítimas” (Arroyo, 2012, p. 34).

O acesso a tais saberes ocorre, sobretudo, nas relações estabelecidas com sujeitos e coletivos comprometidos com processos de formação e troca de experiências. No caso de Marina, tais aprendizagens foram construídas nos encontros com outros surdos, nas vivências do movimento religioso e nas interações com diferentes organizações do município de Igarapé-Miri/PA. Consoante Silva (2007, p. 218), trata-se de aprendizagens produzidas “[...] nas lutas, nos conflitos e nas tensões geradas nesses processos”.

Cabe destacar que Marina aprendeu e compartilhou, nesses espaços, os conhecimentos construídos ao longo de sua trajetória, contribuindo ativamente para os processos formativos vivenciados nesses coletivos. Diante disso, vale apontar que, no transcurso da pesquisa, foram acompanhadas algumas ações desenvolvidas por Marina para averiguar se o aprendizado adquirido na militância influenciou suas ações e intervenções sociais. Para tanto, participou-se de algumas atividades promovidas pela colaboradora, voltadas à difusão da Libras, à transmissão da palavra de Deus e à formação dos(as) surdos(as) no enfrentamento ao racismo, ao machismo e às diferentes formas de discriminação direcionadas à pessoa surda. Tais ações buscavam fortalecer processos de valorização da Libras, da cultura surda e da identidade negra/surda no município de Igarapé-Miri/PA.

Desse modo, participou-se do “Encontro dos Surdos *on-line*”, coordenado por Marina em parceria com a comunidade surda do município de Igarapé-Miri. O encontro objetivava contribuir para a formação de sujeitos surdos comprometidos com a partilha de saberes e experiências construídas na militância, além de difundir a Libras entre surdos que ainda não haviam adquirido a língua. As trocas realizadas nesse espaço contribuíram para o fortalecimento do Movimento Surdo, que se articulou de maneira mais intensa em defesa do fortalecimento identitário e da reivindicação de direitos relacionados à educação, à saúde, à acessibilidade nos espaços públicos e à igualdade de direitos, dentre outras pautas que atravessam a vida da comunidade surda.

A colaboradora da pesquisa também promoveu oficinas de formação voltadas à cultura e à identidade surda, problematizando práticas discriminatórias reproduzidas por ouvintes dentro e fora do espaço escolar. Uma das oficinas, denominada “Mãos que Falam”, foi desenvolvida com o auxílio de apostilas com conteúdos conectados à formação identitária da pessoa surda e com imagens referentes aos sinais em Libras, como sinais de batismo, alfabeto em datilologia, numerais, materiais escolares e vocabulário relacionado à família. A atividade tinha o intuito de difundir a Libras entre surdos que ainda não a dominavam, fortalecendo, desse modo, os vínculos comunitários e identitários da comunidade surda.

Marina também promoveu, em parceria com o movimento surdo evangélico, encontros voltados à realização de celebrações religiosas *on-line*, denominadas “Culto dos Surdos Mãos que Semeiam”. Tais encontros tinham a finalidade de transmitir ensinamentos da Bíblia Sagrada por meio de temáticas acessíveis à comunidade surda, possibilitando aproximar os participantes dos princípios da religião cristã. As atividades incluíam pregação em Libras, teatro surdo, dinâmicas e outras ações desenvolvidas durante a confraternização de Natal e final de ano da comunidade surda.

Nesse cenário, o envolvimento de Marina com o movimento religioso surdo propiciou a construção de relações dialógicas mediadas por saberes, experiências e percepções compartilhadas coletivamente. Trata-se de um espaço em que a colaboradora encontra reconhecimento entre seus pares surdos, fortalecendo vínculos identitários e afetivos por meio da Libras, sem a necessidade de adequar-se à lógica ouvintista para ser aceita e reconhecida nos espaços sociais que ocupa.

Para além da transmissão dos saberes religiosos, percebe-se que Marina se propôs a participar dos encontros proporcionados pelo movimento religioso como comunicadora e espectadora, dialogando com os saberes práticos e afetivos de seus pares, acompanhando e

participando das atividades de pregação em Libras, do teatro surdo, dentre outras ações. Marina percebeu, nesses espaços, uma possibilidade de inserção e pertencimento social, visto que é por intermédio deles que encontra condições favoráveis para dialogar, compartilhar experiências e aprender com seus pares surdos nas interações coletivas produzidas pelas atividades religiosas sinalizadas.

Ao longo de sua trajetória na militância, Marina atribuiu novos sentidos à sua existência como sujeito étnico-racial. Nesse processo contínuo, reconstrói-se e autoafirma-se como mulher-negra-surda, recusando estereótipos e imagens negativadas historicamente produzidas e reproduzidas pela lógica branca, ouvintista e escravocrata. Tal movimento implica a reconstrução de sua percepção sobre si mesma e a resignificação de sua relação com o povo negro, com a comunidade surda e com outras mulheres-negras-surdas.

Em decorrência disso, Marina constitui-se como sujeito singular em permanente movimento, atuando politicamente em variados espaços sociais e no Movimento Surdo do município de Igarapé-Miri/PA. Em sua participação na militância, ela aprende, ensina e constrói saberes coletivamente, fortalecendo processos de formação política e identitária.

Assim sendo, o protagonismo da mulher-negra-surda no Movimento Surdo manifesta-se na construção de espaços de diálogo, na partilha de experiências e na mobilização coletiva por seus direitos. A trajetória de Marina evidencia que a militância se configura como importante espaço de formação política, fortalecimento identitário e transformação social, favorecendo que mulheres negras surdas ocupem espaços de liderança e contribuam para o fortalecimento da comunidade surda.

Considerações finais

As experiências de Marina evidenciam que a educação e o Movimento Surdo constituem dimensões indissociáveis na construção de processos de identidade, resistência e protagonismo. A trajetória apresentada neste estudo revela que o acesso ao Ensino Superior contribui, de maneira considerável, para o fortalecimento da consciência crítica e para a ampliação das possibilidades de participação social de sujeitos historicamente marginalizados.

Sob tal perspectiva, o coletivo de mulheres-negras-surdas configura-se como espaço político de enfrentamento ao racismo, ao capacitismo e às desigualdades de gênero. Elementos como a cor da pele, o cabelo crespo/cacheado e a Libras assumem protagonismo como marcas de pertencimento, resistência e valorização da identidade negra e surda.

O contato com experiências, vivências e referências compartilhadas no interior desses coletivos estimula a constituição de vínculos identitários e culturais e, concomitantemente, amplia as relações com a comunidade surda mediante a partilha da Libras, as práticas culturais e as experiências comuns. Nesse processo, a construção da identidade racial e surda coopera para a constituição de subjetividades políticas capazes de tensionar desigualdades raciais, de classe e de gênero, fortalecendo a luta por transformações sociais na contemporaneidade.

Dessa forma, a participação de Marina no Movimento Surdo e sua inserção no espaço acadêmico fomentaram processos de reeducação crítica no que tange às questões decorrentes do sexismo, do racismo, do machismo e da surdez, dentre outras temáticas que atravessam direta e indiretamente a comunidade surda de Igarapé-Miri/PA. Tais experiências contribuíram para a resignificação de sua postura como mulher-negra-surda, favorecendo a construção de uma

percepção positiva sobre sua cor, seu cabelo crespo/cacheado e a Libras, em contraposição às imposições produzidas pelos determinantes sociais.

A partir desses processos formativos, Marina teve acesso a conhecimentos que ampliaram sua compreensão crítica da realidade e fortaleceram sua capacidade de questionar as relações de poder instituídas socialmente. Nesse percurso, reconstruiu-se de maneira autônoma, crítica e consciente de suas condições históricas e sociais, problematizando seu lugar de fala, o racismo de gênero e a surdez a partir da perspectiva da diferença.

A pesquisa evidenciou, ainda, que, ao estabelecer relações com mulheres negras no Ensino Superior, em eventos acadêmicos e no Movimento Surdo, Marina produziu novos saberes e experiências que contribuíram para a construção de pedagogias atravessadas pelas questões de gênero, raça e surdez. Tais vivências favoreceram processos de conscientização e reflexão crítica acerca de suas condições de existência e dos enfrentamentos sociais vivenciados.

Os resultados da pesquisa também indicam que a atuação no Movimento Surdo atribuiu novos significados à trajetória de Marina no que se refere à construção de sua dimensão pessoal e ao fortalecimento de sua autoestima. Inserida no coletivo, desenvolveu consciência crítica significativa acerca das opressões vivenciadas e das possibilidades de enfrentamento construídas coletivamente. Diante disso, torna-se imprescindível ampliar políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de estudantes surdos e negros no Ensino Superior, assegurando condições efetivas de inclusão, acessibilidade e reconhecimento da diversidade linguística e cultural.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 28-30, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BUENO, J. G. S. Surdez, linguagem e cultura. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, set. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300005>

CLANDININ, D. J.; CONELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COSTA, A. C. B.; OLIVEIRA, W. M. M.; KLEIN, M. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação**, Campinas, v. 26, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>

CRUZ, D. C.; RODRIGUES, R. L. Interseccionalidade de uma mulher surda, negra, lésbica e feminista na poética de Yanna Porcino. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 223-236, jul./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.63.1.223-236>

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

EVARISTO, C. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 39-62.

GUERRETTA, C. L. B. F. **A (in)visibilidade das mulheres surdas**: protagonismo na sociedade contemporânea. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GURGEL, T. M. A. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no ensino superior**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

LOBATO, V. L. C. **As representações sociais e um adolescente surdo quilombola**: afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégia dialógicas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

MIRANDA, T. G. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. *In*: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007. p. 120-134.

MOURA, I. S. S. A. Narrativas etnográficas de si da cultura e identidade surda nos entre lugares da Amazônia. *In*: GOMES, J. C. (org.). **Epistemologias dos estudos surdos**: língua, cultura e educação sob o signo da diversidade. Curitiba: CRV, 2020. p. 181-226.

OLIVEIRA, G. M. **“Ensinando a transgredir”**: um estudo do feminismo surdo e suas contribuições para a educação de pessoas surdas. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

OLIVEIRA, L. F. **Educação e militância decolonial**. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.

OLIVEIRA, W. M. M. **Representações sociais de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, W. M. M. **Narrativas de vida e pensamento decolonial**: na construção da integralidade do Ser Surdo na Amazônia Tocantina. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

OLIVEIRA, W. M. M.; OLIVEIRA, I. A. A integralidade do Ser Surdo na Amazônia Tocantina. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 3, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2025.v12n3.e025035>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, M. L. **Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte - MG**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIQUEIRA, R. F. **Narrativas sinalizadas de si: a trajetória militante de uma mulher negra no movimento surdo do município de Igarapé-Miri, no Pará**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2022.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** São Bernardo do Campo: Lamparina, 2003.

SKLIAR, C. Os estudos em educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 7-32.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 20/03/2026

Versão corrigida recebida em 25/05/2026

Aceito em 28/05/2026

Publicado online em 03/06/2026